



Nacional

Anos de chumbo. Ministros manifestaram reprovação aos atos de tortura e disseram que a sociedade tem o direito de saber o que aconteceu nos porões da ditadura, mas afirmaram que foi a anistia que garantiu transição mais rápida e pacífica para o regime democrático

STF rejeita revisão da Lei da Anistia

‘Decisão foi inteligente e justa’, afirma brigadeiro

O brigadeiro Ivan Frota elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal de rejeitar a ação da OAB pela revisão da Lei de Anistia. “A decisão é inteligente e justa e, acima de tudo, não vai levantar o problema de crimes piores que foram praticados por terroristas durante o governo militar”, disse ele, que foi presidente do Clube da Aeronáutica e candidato à Presidência em 1998 pelo PMN.

“Falou-se dos crimes comuns que teriam sido praticados pelo governo militar, mas até agora ninguém falou dos crimes de terrorismo, praticados pelos revoltosos que se opunham ao governo militar. Assim, fica a pedra onde já havia sido colocada”, disse.

“Foi uma decisão correta porque tomada de acordo com a intenção do legislador naquele momento histórico e porque aten-

● Irretocável

IVES GANDRA MARTINS

ADVOGADO CONSTITUCIONALISTA

“A decisão (do ministro Eros Grau) foi juridicamente irretocável porque não há possibilidade de a lei retroagir para punir um crime que não existia na época da Lei de Anistia”

de ao temperamento, ao ânimo do brasileiro”, declarou o advogado Roberto Delmanto. “O texto da Lei de Anistia não deixou dúvida. Havia esse desejo, o povo e os perseguidos queriam isso. Foi um acordo possível.”

“Acho que quem viveu aquela época percebeu que realmente

era uma anistia ampla, geral e ir-restrita”, assinala Delmanto. “Todos estavam cansados da ditadura, os exilados queriam voltar. Eu vivi bem esse tempo. Não há dúvida que a intenção era por anistia para todos os lados. Houve a volta dos exilados, todo mundo feliz. Foi a anistia possível.”

Para o constitucionalista Ives Gandra Martins a “decisão foi perfeita”. “Absolutamente correta porque quando se fala em crimes conexos é evidente que a tortura está entre esses crimes e a legislação penal não pode retroagir para punir quem quer que seja. Os tratados internacionais são posteriores à Lei de Anistia.”

Para Ives, a legislação atual foi proposta pela esquerda. “Foram os guerrilheiros que fizeram a proposta, exatamente porque queriam voltar a participar da vida política. Tanto foi assim que estão todos no governo. Não deve haver volta ao passado. Quando se coloca uma pedra sobre um assunto, isso deve ser para valer.” / TALITA FIGUEIREDO, MOACIR ASSUNÇÃO e FAUSTO MACEDO